

PREFÁCIO A KEYNES E O KEYNESIANISMO

Livro organizado por Gilberto Tadeu Lima e João Sicsú, (2001) *Keynes e o Keynesianismo: A Macroeconomia da Renda e do Emprego*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Já houve mais paixão na discussão da teoria macroeconômica, quando o monetarismo de Friedman e as expectativas racionais de Lucas ameaçavam a grande construção teórica de Keynes. Hoje, depois que as inferências relativas a política econômica baseadas nessas teorias provaram ser equivocadas na prática e foram abandonadas pelos bancos centrais dos países desenvolvidos, que decidiram por uma estratégia pragmática de definir uma meta de inflação, o interesse pela discussão puramente teórica no plano da macroeconomia diminuiu. Não significou, entretanto, que o paradigma keynesiano tenha sido restabelecido. O fato de os adversários de Keynes estarem errados não prova que Keynes, ou a interpretação dada a seu pensamento pela síntese neoclássica, ou pelos novos keynesianos, ou mesmo pelos pós-keynesianos esteja correta. Demonstra apenas que não há ainda um razoável consenso na profissão a respeito dos conceitos fundamentais da teoria macroeconômica.

Diante deste fato, podemos imaginar que grande desafio que enfrentam os economistas é alcançar esse consenso. Não quero minimizar a importância dessa tarefa, mas sugiro que o desafio maior é outro: está em usar a teoria macroeconômica disponível, com as contradições e imprecisões que a caracterizam, para, com liberdade e imaginação, desenvolver modelos novos para analisar e resolver os novos problemas concretos que estão sempre surgindo.

Keynes foi o maior dos economistas do Século XX porque teve a coragem de criticar a ortodoxia neoclássica, e principalmente porque, com essa crítica, foi capaz de fundar uma nova disciplina dentro da teoria econômica – a macroeconomia. Para realizar essa notável façanha ele usou de uma notável capacidade de abstração, e concluiu seu trabalho afirmando ter construído uma ‘teoria geral’. Na verdade o que fez foi desenvolver de forma genial, na primeira metade desse século, uma teoria histórica do ciclo econômico, da mesma forma que Adam Smith e Marx desenvolveram uma teoria histórica do desenvolvimento capitalistas. Entre estas duas realizações maiores do pensamento econômico tivemos, na segunda metade do século

XIX, uma terceira contribuição fundamental ao pensamento econômico: a eclosão, principalmente com Leon Walras, do pensamento neoclássico, lógico-dedutivo ao invés de histórico, que pretendeu ser também ‘geral’. Destas três grandes teorias, que formam o núcleo do pensamento econômico, apenas a última pode ter alguma pretensão a ser geral, porque é radicalmente abstrata, descrevendo não uma economia capitalista real, mas uma economia de mercado hipotética. As duas outras, porque essencialmente históricas, ofereceram uma explicação mais poderosa para os problemas reais das economias capitalistas, mas, em compensação, são menos gerais.

Na verdade, nenhuma das três teorias é geral, porque são incapazes de abarcar de forma satisfatória a realidade econômica e sua dinâmica. O modelo neoclássico do equilíbrio geral peca pelo excesso de abstração, enquanto os modelos de Smith e Marx, de um lado, e de Keynes, do outro, deram, respectivamente, conta da dinâmica inicial do desenvolvimento capitalista apoiado na acumulação de capital e incorporação de progresso técnico impostas pela competição nos mercados, e de um ciclo econômico específico – aquele ocorrido entre as economias desenvolvidas do pós-Primeira Guerra Mundial. A rigor, tanto os dois grandes economistas clássicos como Keynes, fizeram mais do que isto para a teoria econômica – os primeiros ampliaram decisivamente nossa capacidade de compreender a evolução no longo prazo das economias capitalistas, o segundo ofereceu uma linha de pensamento inovadora para enfrentarmos os novos problemas macroeconômicos de estabilização do ciclo e de busca do pleno emprego – mas nenhum deles pretendeu desenvolver uma teoria que trouxesse nela embutida as soluções prontas para os problemas econômicos emergentes.

A partir da revolução keynesiana os economistas se viram, de um lado, armados de um novo instrumental teórico para enfrentar os novos problemas, de outro, tentados ou a fazer a verdadeira interpretação de Keynes, ou a negar sua revolução, e voltar à pura abstração neoclássica. Os artigos presentes neste livro incluem-se na primeira corrente. São uma excelente apresentação da escola pós-keynesiana realizada principalmente por excelentes economistas brasileiros.

Keynes foi um grande teórico, mas, também, um homem prático, que queria resolver os problemas do seu tempo. Ele sabia que a ciência econômica é apenas na aparência uma ciência desenvolvida. O instrumental matemático portentoso que usa para desenvolver certos modelos contribui para essa ilusão. Na verdade, é uma ciência social quase tão imprecisa quanto as outras, marcada pela imprevisibilidade do comportamento humano, pelo permanente surgimento de fatos novos que exigem novas explicações teóricas, pelos viés ideológico, e pela competição entre os grupos de economistas para se tornarem a única fonte de conhecimento legítimo na área. Não é tão imprecisa porque pode pressupor, com razoável base, que os agentes econômicos tentam aumentar seus ganhos nos mercados em que operam. Ou então porque permitem que realizemos pesquisas e verifiquemos uma razoável regularidade das

respostas dos agentes econômicos ou dos agregados macroeconômicos a determinados estímulos exógenos. Mas o pressuposto da racionalidade só nos permite deduzir leis muito gerais, que se aplicam com dificuldade aos problemas reais que estão surgindo e se modificando a cada momento; e a estratégia da pesquisa empírica em busca de regularidades é com frequência frustrante, porque os resultados de diferentes pesquisas sobre o mesmo tema são muitas vezes – senão na maioria das vezes – contraditórios, de forma que a verdade que pensamos ter alcançado com uma pesquisa é perdida ou relativizada quando nos confrontamos com as demais pesquisas.

Não existe erro maior na ciência econômica do que o dogmatismo ideológico, que consiste em acreditar que possui a verdade teórica, e que o problema agora está apenas em aplicá-la à realidade. Esta é uma violência contra Keynes e todos os grandes economistas que conheço. A política econômica usa da teoria econômica, mas não pode incorrer no vício ricardiano de pretender derivar automaticamente da teoria a prática. Os problemas econômicos e principalmente os macroeconômicos são na maioria dos casos extremamente complexos, envolvendo um número elevado de variáveis, nem todas previstas nas teorias. Por isso a boa política econômica – a política econômica que evita erros gritantes como estamos acostumados a ver em todo o mundo e particularmente em países de desenvolvimento intermediário como o Brasil - é a política que combina o uso da teoria econômica com o pensamento, caso a caso, das especificidades dos problemas enfrentados. Joseph Stiglitz, que utilizou de um instrumental neoclássico para, no plano teórico, demonstrar as falhas e imperfeições do mercado, afirmou recentemente que “a ciência econômica não é ideologia, é apenas o emprego prático de evidência e teoria” (*Valor*, 12.6.2001). Eu concordaria com essa frase se, por ‘emprego prático’ se entender o emprego com liberdade e imaginação das teorias econômicas existentes.

A grande qualidade dos capítulos deste livro – e, mais amplamente, dos trabalhos da escola pós-keynesiana – está na crítica que fazem à tentativa de construção de uma macroeconomia neoclássica. A tarefa neoclássica é inglória dado seu caráter a-histórico, enquanto que a macroeconomia é essencialmente uma disciplina histórica. A crítica do pós-keynesianos, entretanto, é mais radical do que a de Keynes, que, no seu tempo, tinha para criticar apenas o modelo neoclássico geral, não uma macroeconomia monetarista.

Na sua luta contra a macroeconomia neoclássica e as suas certezas racionais, os pós keynesianos enfatizam, de forma radical, o problema da incerteza. Sua crítica – que se expressa no caráter não-neutro da moeda, e na idéia do comportamento não-ergódico das séries econômicas históricas, que Paul Davidson expõe em seu capítulo – é admirável na medida em que destrói certezas, inviabiliza dogmatismos, e exige, para cada caso, que se use a teoria econômica com imaginação e pragmatismo.

Os economista neoclássicos reagiram de duas formas ao pensamento revolucionário de Keynes: em um primeiro momento, o cooptaram – foi a síntese

neoclássica, que Gilberto Tadeu Lima analisa neste livro. Para fazê-lo, tiveram que fazer concessões às idéias keynesianas. Em um segundo momento, porém, os agora denominados ‘novos clássicos’, tentaram criticá-las diretamente através do monetarismo e da expectativas racionais. Tiveram um enorme sucesso nos anos 80, mas viram suas idéias serem abandonadas já nos anos 90. Enquanto isto, os ‘novos keynesianos’, hoje dominantes, buscavam um compromisso entre as correntes em luta, buscando demonstrar que as expectativas racionais, desde que relativizadas, não são incompatíveis com desequilíbrios macroeconômicos, dada a rigidez dos salários e as externalidades. A crítica ao novo-keynesianismo está presente nos capítulos de João Sicsú, Otaviano Canuto e Reynaldo Ferreira Júnior, Fernando Ferrari Filho e Jennifer Hermann.

O grande mérito deste livro, portanto, como, aliás, do pensamento pós-keynesiano, está em seu caráter crítico. Os pós-keynesianos reivindicam para si a verdadeira interpretação de Keynes, mas não creio que seja hoje muito importante saber se, de fato, o são. Acredito que estejam mais próximos de Keynes do que as outras correntes que se pretendem keynesianas, mas o que importa hoje não é resolver essa questão, e, sim, dar respostas adequadas aos problemas macroeconômicos que surgem todos os dias para os países desenvolvidos, e, no nosso caso, para os países de desenvolvimento intermediário.

O grande problema para a teoria macroeconômica está no fato de que ela tem que dar conta de problemas que são históricos por natureza. Enquanto a teoria neoclássica do equilíbrio geral é a-histórica, derivando daí suas qualidades e suas limitações, a teoria macro é intrinsecamente histórica. Ela também busca abstrações, como toda teoria, e as logra, mas o bom teórico nesta área sabe que sua teoria tem um poder explicativo sempre limitado no tempo. Os problemas que hoje enfrentamos não os problemas que Keynes enfrentava. Apresentam, sem dúvida, semelhanças, mas exigem uma constante atualização teórica.

Para o Brasil, hoje, depois que foi capaz de resolver de forma inovadora o problema da sua inflação inercial, o grande problema está na área externa. Existe uma verdade convencional, por trás da política econômica adotada pelo governo e recomendada pelas agências internacionais, que nos informa que a economia brasileira apresenta um déficit intrínseco de poupança, de forma que “só pode se desenvolver com apoio da poupança externa”. Esta idéia jamais se expressa de forma teórica, mas é o pressuposto de modelos econômicos e de políticas econômicas que sujeitam o país às práticas de ‘moral hazard’ do sistema financeiro internacional: emprestam ao país a juros elevados muito mais do que o país pode tomar emprestado, contando com a perspectiva que o FMI acabe ‘salvando’ o país – na verdade os lucros do próprio sistema.

Para as econômicas intermediárias como a brasileira, essa ‘teoria’ e essa prática de endividamento externo permanente são desastrosas, na medida em que impedem

que o país aproveite o potencial de desenvolvimento econômico que sua capacidade de poupança e de incorporação de progresso técnico permitiriam. As entradas de fluxos financeiros internacionais a altos custos promove a valorização do câmbio, a elevação artificial dos salários e dos estoques de riqueza, e o aumento do consumo, deprimindo a poupança interna. Em consequência, o país se endivida continuamente sem se desenvolver. Para manter o financiamento desse endividamento crescente, mantém a taxa de juros em níveis elevados, que beneficiam apenas o capital rentista, jamais o produtivo.

Outro problema macroeconômico correlato está relacionado com a taxa de juros. Por que praticamos taxas de juros tão altas? Será apenas porque o risco-Brasil é elevado, dada a política de endividamento contínuo? Ou, além disso, também porque o Banco Central do Brasil tende a violar a o princípio básico da boa política macroeconômica: procurar manter a taxa de juros no nível mais baixo possível compatível com a estabilidade de preços? Esta segunda razão não pode ser afastada. Ao invés de buscar a taxa de juros mais baixa, o Banco Central vem adotando desde 1992 (excetuado, em parte o período 1999-2000) a política muito comum entre os banqueiros centrais (com a exceção de Alan Greenspan) de manter uma taxa de juros ‘confortável’, compatível com a estabilidade de preços. Assim, em nome da prudência, mantém-se a demanda efetiva permanentemente deprimida. No nosso caso a violação do princípio tem sido mais grave, porque nossas taxas de juros reais são muito maiores do que a é muito maiores do que aquelas praticadas nos países desenvolvidos, principalmente na Europa, e será difícil explicar essa diferença apenas pelo risco-Brasil.

A teoria macroeconômica pós-keynesiana discutida neste livro fornece os instrumentos para uma crítica mais sistemática de problemas dessa natureza, porque nela os pressupostos neoclássicos do funcionamento ótimo ou quase-ótimo dos mercados estão muito presentes. Fica para os leitores o desafio de usá-la da forma prática e pragmática que estou propondo neste prefácio: para, através de suas pesquisas e análises, possam resolver os problemas macroeconômicos que o Brasil enfrenta hoje, e que continuam a ser imensos.

Luiz Carlos Bresser-Pereira